

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



Racismo compromete serviços de Saúde

Racismo institucional no atendimento à mulher na Saúde foi o tema da 43ª edição do projeto Pauta Feminina, no dia 22 de junho, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

O encontro aconteceu no momento em que gestoras(es) e usuárias(os) se mobilizam para debater temas e eleger representantes para a 2ª Conferência Nacional de Saúde, em agosto, em Brasília.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado, disse que o tratamento desigual fere os direitos garantidos em convenções internacionais e na Constituição Federal. Ela alertou para mudanças introduzidas na proposta de reforma trabalhista, como a indenização de acordo com salários recebidos, que “incentivarão a violência contra as pessoas mais humildes”.

Ilka Teodoro, diretora jurídica da Artemis, organização que denuncia e combate a violência obstétrica, disse ser o racismo o principal fator a diferenciar o atendimento entre mulheres brancas e não brancas. Para ela, “a grande dificuldade, hoje, é o sistema reconhecer que é racista e violento”.

O tema preocupa entidades profissionais de saúde, como testemunhou Irene do Carmo



Senadora Vanessa Grazziotin presidiu a mesa de abertura da Pauta Feminina

usuários e gestores, consistindo um fator de risco extra-biológico. As mulheres são 85% no universo de 1.804.535 profissionais de enfermagem e 53% das enfermeiras, técnicas e auxiliares se declaram negras ou pardas.

O conceito social do que vem a ser raça foi abordado pela promotora de Justiça do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Liz-Elaine de Silvério. Ela lembrou que a ação civil pública contra a discriminação também guarda os direitos de pessoas de religiões minoritárias, de pessoas idosas, de pessoas com deficiência, entre outros.

As dificuldades das indígenas são a hostilidade da ambiência hospitalar; falta de capacitação do profissional de saúde em lidar com a diversidade cultural; dificuldade dos gestores em considerá-las munícipes; delimitação de vagas e necessidade de acompanhante no seu atendimento, devido a barreiras

linguísticas. As informações foram trazidas por Juliana Silva Gama, do Departamento de Atenção à Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Segundo ela, “as mulheres negras conquistaram tardiamente seus direitos e as indígenas, mais tarde ainda”.

Gabriela Cruz, gerente de projetos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), disse que desde 2009 existe a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e que o 3º Plano Operativo tem procurado envolver gestores municipais e estaduais no combate a uma realidade na qual “as mulheres negras são aquelas menos tocadas e que não recebem uma escuta diferenciada, acolhedora e humanizada dos profissionais de saúde”.

Estavam presentes Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul; Veronique Durand, escritora e pesquisadora; Lúcia Bessa, da OAB-DF; Maial Paiakan, do Ministério da Saúde; Margarida Chaulet, da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Mulheres na Política; Ana Lúcia Almeida, da União Europeia.

Assista à íntegra:

<http://bit.ly/2rsP0ld>

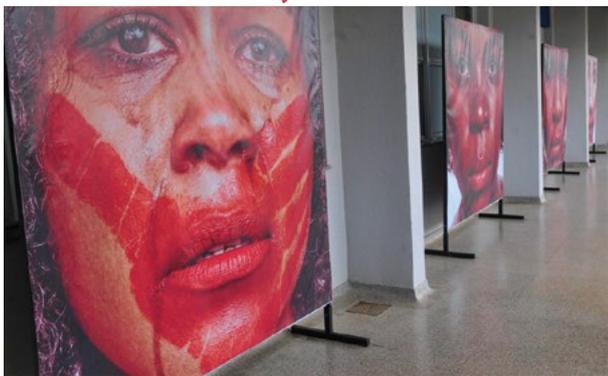


Val Costa, usuária do SUS e membro da Recomeçar, e Emília Fernandes

Alves Ferreira, vice-presidente Conselho Federal de Enfermagem. Segundo ela, o racismo regula a relação entre profissionais,

Casa da Mulher Brasileira, Parabéns!

Toninho Tavares/Agência Brasília



Exposição fotográfica "Nunca me Calarei", do fotógrafo Marcio Freitas.

Os dois anos do aniversário da Casa da Mulher Brasileira foram comemorados no dia 2 de junho, com mostra fotográfica de rostos de vítimas de assédio. Localizada na quadra 601 Norte, a Casa prestou 9.541 atendimentos a mulheres em situação de vulnerabilidade desde a inauguração.

Acolhimento humanizado, palestras, seminários, cursos profissionalizantes, reuniões, encontros de rede, rodas de conversa e visitas guiadas estão entre as ações da Casa, subordinada à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo de Brasília.

A cerimônia de comemoração contou com a presença de autoridades locais e representantes de entidades dos movimentos sociais. A deputada Érika Kokay (PT-DF) lembrou que no Brasil há milhões de mulheres que temem voltar para casa, porque, "ao chegarem lá, são arrancadas delas mesmas, desumanizadas. Daí a importância de um local como esse para rompermos com esse ciclo", enfatizou.

DF discute políticas para mulheres



Nos dias 6 e 7 de junho, a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Legislativa do DF (CLDF) reuniu dezenas de gestores públicos e entidades dos movimentos sociais na Semana Legislativa da Mulher.

Inserção da mulher na política, direitos sexuais e direitos reprodutivos, autoestima feminina e políticas governamentais foram temas tratados por lideranças e especialistas. O público foi agraciado com apresentações artísticas e orientações sobre cuidados estéticos.

As mulheres ocupam quatro das 24 cadeiras da CLDF, que foi a primeira casa legislativa entre as 27 no Brasil a contar com Procuradoria Especial da Mulher, hoje ocupada pela deputada Celina Leão (PPS), organizadora do evento.

Deputadas defendem valorização do trabalho no lar



Leonardo Prado/Câmara dos Deputados

Incluir as tarefas domésticas, feitas majoritariamente por mulheres, no Produto Interno Bruto (PIB) nacional foi o objetivo da audiência pública do dia 7 de junho, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados.

Proposta pela deputada Ana Perugini (PT-SP), coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, a ideia é aferir a somatória dessas atividades executadas dentro de casa, para resultar em valores para implementação de políticas públicas.

O encontro mobilizou dezenas de parlamentares e entidades dos movimentos sociais e teve como referência o projeto de Lei nº 7.815/17, que pode ser acompanhado por meio do link: http://bit.ly/economia_cuidado

Rede Brasil Mulher

Desde o dia 21 de junho a ProMul compõe a Rede Brasil Mulher, criada para integrar ações pela equidade de gênero e o enfrentamento à violência contra a mulher.

O primeiro encontro do grupo aconteceu na Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e reuniu representantes de órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; ONU Mulheres; Unesco; União Europeia; Organismos estaduais de Políticas para Mulheres; entidades da sociedade civil e empresas privadas.

O convite ao Senado partiu da secretária de Políticas para Mulheres, Fátima Pelaes, e ao lado da ProMul estavam presentes o Observatório da Mulher contra a Violência e a Diretoria-Geral.

A secretária Fátima destacou a importância de fortalecer os programas já implantados, como a Casa da Mulher Brasileira, inaugurada em 2015 em Campo-Grande-MS e em funcionamento também em Brasília-DF. A Casa oferece atendimento humanizado e integrado de serviços especializados, como acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, Juizado, Ministério Público e Defensoria Pública às mulheres em situação de violência doméstica. O Ligue 180 também foi enaltecido. O serviço funciona 24h todos os dias e é o principal canal de acesso à Rede Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

No formato de oficina, após dinâmica de grupos de discussão, foi acatada proposta de criação de procuradorias da Mulher em todas as Casas legislativas estaduais e municipais.

Novo encontro ficou agendado para julho deste ano.



Transição cidadã para homens e mulheres



O poeta Marcelo Caetano com Guilherme Almeida e Silvia Cavalleire

Com o tema “Transição Cidadã – Nossas vidas importam”, o 14º Seminário LGBT trouxe ao Congresso, dia 13 de junho, o depoimento vivo de pessoas

transgêneras e cisgêneras de diferentes orientações sexuais, entre ativistas, professores universitários, estudantes e parlamentares.

“O Estado não nos garantiu os direitos civis básicos, como liberdade de expressão e direito de ir e vir, e já exigimos direitos sociais, como trabalho e educação”, disse Guilherme Almeida, homem trans e professor da Universidade Estadual do Rio

de Janeiro (UERJ).

Silvia Cavalleire, mulher transexual e feminista, ex-presidente da União da Juventude Socialista de Fortaleza (CE), disse

que é preciso combater a violência familiar e ter ousadia para inserir a questão do gênero na Educação.

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), a liderança do PSOL na Câmara, a Frente Parlamentar dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pela senadora Regina Sousa (PT-PI), foram os organizadores do seminário realizado em formato de *talk show*.

Assista a íntegra:

<https://www.facebook.com/cdhmcamara>

Saiba mais:

<http://bit.ly/2toUoWP>

Brasil registra Orgulho Autista



O dia 18 de junho foi escolhido como dia nacional do Orgulho Autista, quando em nível nacional acontecem atividades voltadas à realidade de vida de milhares de pessoas, entre crianças, jovens e adultos, que convivem com o espectro.

De acordo com o presidente do Movimento Orgulho Autista (Moab), Fernando Cotta, o desafio é fazer cumprir a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/15), que beneficia cerca de 45 milhões de brasileiras e brasileiros com algum tipo de deficiência.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou em discurso a importância do respeito aos direitos conquistados com muita dificuldade no Congresso a partir da luta de familiares e de entidades. “O acolhimento é necessário em todos os lugares de convívio social, seja em casa ou nas ruas, no comércio e nos ambientes educacionais e de lazer, para que toda a sociedade assuma esse compromisso com fé e coragem”, alertou.

Projeto catarinense incentiva empoderamento feminino

A equipe da Procuradoria Especial da Mulher recebeu, no dia 19 de junho, os idealizadores do projeto “Anitas – Pensem Fora da Caixa!”, voltado ao empoderamento feminino, por meio da prevenção e tratamentos de transtornos emocionais.



Desenvolvido pelo Instituto Educação Sem Fronteiras, o projeto foi lançado no Brasil em abril deste ano, na cidade catarinense de Pomerode, com a participação de servidoras públicas municipais. Os idealizadores Sandra Gaia e Anderson Santana utilizaram

como subsídio para desenvolver o método de treinamento a Lei Federal nº 13.272, de 15 de abril de 2016, que institui o ano de 2016 como o ano do empoderamento da mulher na política e no esporte, originário do projeto da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado, em conjunto com os senadores Romário (PSB-RJ) e Fátima Bezerra (PT-RN).

Agenda

- ✓ Roda de leitura sobre o livro *Americanah* de Chimamanda Ngozi Adichie – 6 de julho - Biblioteca do Senado
- ✓ Exposição Mulheres Negras no Senado Federal na Intranet - 7 de julho

- ✓ Pauta Feminina - “Mulheres Negras: trilhando caminhos para a igualdade” – 13 de julho - Plenário 2 - Ala Nilo Coelmo
- ✓ Dialogando sobre a Lei Maria da Penha - 3 a 7 de julho - Sala de Informática do ILB

- ✓ Festival Latinidades – 27 a 30 de julho no Museu Nacional de Brasília

Veja a programação do festival:
<http://www.afrolatinas.com.br/festival/>



Marcos Oliveira/Agência Senado



Há 25 anos, no dia 25 de julho de 1992, mulheres negras de mais de 70 países reuniram-se na República Dominicana para a realização do 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e Caribe.

A reunião foi tão importante que o 25 de julho se transformou num marco internacional da luta e resistência das mulheres negras na nossa região. Desde então, a sociedade civil tem trabalhado para fortalecer e dar

visibilidade a essa data, tendo em conta a condição de opressão de gênero e racial persistentes nas nossas vidas.

A celebração internacional busca ampliar e fortalecer as organizações de mulheres negras, a construção de estratégias para a inclusão de direitos que confrontam o racismo, o sexismo e outros preconceitos que foram inventados, construídos e reforçados com crueldade ao longo dos séculos, apenas para justificar a perpetuação das desigualdades e da exploração das mulheres negras.

Sou uma mulher negra com raízes no campo. E é com muita dor que vejo que, apesar de desempenharmos papel importante na preservação da biodiversidade e de produzirmos grande parte da comida do continente, milhões de mulheres desta América Latina, assim como seus filhos, dormem todos as noites com fome.

Trabalham em terras que não são suas, e não tem acesso à segurança alimentar, à saúde, à água, a uma moradia segura.

O Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha é uma data para nos unir, para celebrarmos nossa afro-latinidade, para ampliarmos parcerias, darmos visibilidade à nossa luta. É um dia para que cada mulher negra, seja ela doutora, operária, seja ela empresária ou seja ela senadora, reflita e conclua que ela não é totalmente livre enquanto em nossa Pátria Grande houver outra mulher negra presa nas cadeias deste racismo que leva à fome e a diversas formas de violência. Porque a corrente que nos prende é a mesma, só muda a língua falada pelo opressor.

Regina Sousa (PT-PI)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Artigo

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha

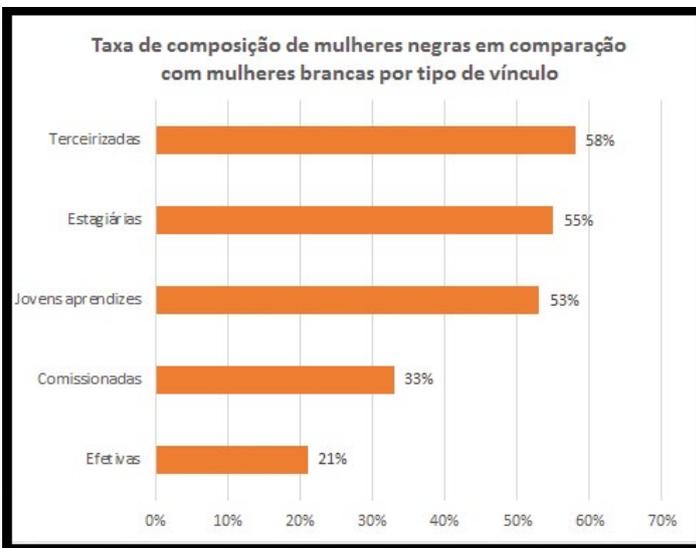
O dia 25 de julho marca o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. No Brasil, a Lei 12.987, de 2014, instituiu oficialmente a data como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, pela líder do Quilombo do Quariterê e símbolo de resistência, força e luta das mulheres afrodescendentes.

A homenagem à Rainha Tereza, como era conhecida, resgata essa figura heroica invisibilizada por uma história racista e machista e contribui para a construção de um imaginário de orgulho de sua história e sua raça. Nesse sentido, outros grandes nomes merecem ser lembrados e celebrados: Dandara, Luíza Mahin, Carolina Maria de Jesus, Mãe Menininha, Laudelina Mello, entre tantas outras.

Para comemorar a data, o Senado Federal vai homenagear as servidoras da Casa que se identificam como negras. A

exposição fotográfica Mulheres Negras no Senado Federal será lançada no início do mês de julho na intranet e trará o retrato de mais de 30 servidoras de diversas áreas do Senado.

apenas uma em cinco são negras (somatório das categorias preta e parda do IBGE). Essa taxa é maior em outros tipos de vínculos, chegando a 58% dentre as terceirizadas.



De acordo com o relatório do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado de 2016, dentre as servidoras efetivas,

A atuação profissional das mulheres negras é prejudicada pelo racismo institucional, resultando em falta de representatividade e desigualdade salarial. No Brasil, para cada um real ganho por um homem branco, uma mulher negra ganha 0,40, valor ainda mais baixo que o ganho de mulheres brancas (0,69 para cada real).

Um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é reduzir a taxa de mortalidade materna global. No Brasil ainda não foi possível cumprir a meta por causa do racismo institucional que faz com que as mulheres negras sejam negligenciadas no atendimento à saúde.

Texto produzido pelo Comitê de Gênero e Raça do Senado Federal

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Lunde Braghini, Ramíla Moura e Rita Rebelo

Equipe de apoio: Paula Bento

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria